

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 178.ª Sessão Ordinária

Realizada em 28 de setembro de 1973 — (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Borsari Neto e Fabiano Braga Cortes.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (36); achando-se ausentes os srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima — Muggiati Filho — Antonio Lopes Júnior — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Igo Losso — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Arizone Araujo e Quielise Crisóstomo. (11).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIO N.º

Curitiba, em 28 de setembro de 1973

Senhor Presidente:

Em cumprimento do que dispõe a lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973, em seu art. 5.º, conjugado com o art. 1.º e outros da Instrução do Tribunal Superior Eleitoral que regulamentou a escolha dos delegados e suplentes das Assembleias Legislativas à eleição do futuro Presidente e Vice-Presidente da República encaminho a esta Mesa para o seu devido registro, a Chapa da Aliança Renovadora Nacional que concorrerá à Delegação do Estado do Paraná ao Colégio Eleitoral que se reunirá na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do próximo ano.

CHAPA DA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

- 1) João Mansur
- 2) Jorge Sato
- 3) Ivo Thomazoni
- 4) Luiz Roberto Soares
- 5) Francisco Borsari Netto
- 6) Ovídio Franzoni
- 7) Olavo Garcia Ferreira
- 8) Leopoldo Jacomel
- 9) Paulo Camargo

Acompanha o presente expediente Ata da reunião da Bancada, assinada pela maioria dos seus membros e declaração de consentimento dos candidatos. Sendo o que me cumpria manifestar, firmo-me respeitosamente.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1973.
(a) — Luiz Roberto Soares — Líder da ARENA.
A Mesa da
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
N/Edifício.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei que altera a Lei Orgânica do I.C.M.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura pedido de informação a respeito das possibilidades da criação de uma escola agrícola em Maringá, bem como de escolas para a formação de tratoristas, em todas as regiões eminentemente agrícola.

Com os novos processos de mecanização das lavouras e suas continuas inovações, faz-se necessário que o agricultor paranaense disponha de mão-de-obra especializada o que somente poderá ser conseguido através de ministração de cursos específicos.

A criação de tais escolas traria inúmeros benefícios à formação de culturas temporárias, onde é constante o uso de maquinário agrícola, ao mesmo tempo em que possibilitaria uma maior estabilidade nos empregos, aos empregados pois o que se constata atualmente é uma completa improvisação naquele setor.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1973.
(a) — Jorge Sato.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 215-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys Ov.", tipo "JEEP", ano de fabricação 1964 6 cilindros com 90 H.P., motor n.º BH-201.455, chassis n.º 4-5224-06.051, pertencente à Secretaria da Agricultura por tratar-se de veículo inservível e em péssimas condições.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1973.
(a) — Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de veículo que, de há muito, vem prestando serviços à Municipalidade de Salto do Itararé, justificando-se assim, a doação pretendida neste Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para o Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente srs. Deputados.

Focalizaremos hoje, assunto que entendemos de grande valia para o Paraná e Sta. Catarina, qual seja a iniciativa tomada pela 5.ª Região Militar, através do gal. Tourinho referente ao Convênio feito com o Senai e o Senac.

Entendemos isto ser de profundidade porque, até aqui, srs. Deputados, todos nós que temos contacto com o lavrador sentia-mos que acontecia o seguinte quando o jovem estava em idade de prestar o serviço militar: ficava em compasso de espera, aguardando o momento em que deixaria sua cidade, deixaria o amanho da terra para ir prestar o serviço militar, para como dizem no interior "ir a serviço da Nação". E o que acontecia? Esse jovem chegava nas cidades grandes, nas Capitais e depois de prestar o serviço militar não mais queria retornar à sua terra porque sentira já o conforto e tudo aquilo que uma cidade pode proporcionar. Ficava, então ele na cidade mas sem ter o que fazer porque só sabia trabalhar como lavrador e aqui não tinha campo para isto. Ficava sem ter uma profissão. Este é um dos acontecimentos.

O outro diz respeito ao jovem da própria cidade que já sentia dificuldade em conseguir emprego quando se encontrava na faixa etária de 16 a 18 anos porque as próprias firmas sabiam que, por um dispositivo legal deveriam guardar o lugar daquele empregado que fosse admitido antes de prestar o serviço militar, teria que reservar o seu lugar. Entretanto, quando o jovem voltasse, viria sem ter se aperfeiçoado porque o muito que poderia trazer era um físico mais desenvolvido, mais desenvolvido do que ali iria participar e, era um homem que sabia os segredos belicosos. Mas nada mais que isso.

Agora vejamos os srs. Deputados, nesta solenidade que se realizou anteontem no Quartel General, o General Ayrton Monteiro Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Infantaria e os Deputados Regionais do Trabalho, do Paraná e Santa Catarina respectivamente General Adalberto Mazza e Ciro Muller assinaram convênio do Projeto Caxias.

Este Projeto vai qualificar 1.662 conscritos em ambos os Estados, e com os convênios executados pelo SENAI e SENAC do Paraná e Santa Catarina objetivou-se o preenchimento da filosofia do Plano Nacional de Valorização do Trabalhador, militares e civis unem-se, no desempenho de atividades, com utilização dos trabalhadores do SENAI e SENAC órgãos que vem preparando e treinando contingentes de trabalhadores numa soma de valores humanos da mais alta importância.

Vejamos os srs. Deputados — agora o homem que deixar as fileiras do Exército, deixa-as valorizado, como diz o próprio Projeto porque, dá-lhe valorização humana então ele tem condições de mesmo que deixe a lavoura, na cidade colocar-se e colocar-se bem.

Nós já sabemos também que aquele problema do lavrador que era atraído para os centros grandes já se está procurando resolver, de forma a que ele preste serviço militar, mais próximo do seu "habitat". Este é um problema que consideramos da mais alta importância, e este da valorização humana nós entendemos de grande valia.

Dai porque estamos hoje nesta Casa abordando o assunto, e o fazendo com satisfação, temos certeza de que a mesma euforia experimentam os nossos colegas, conhecedores, como nós do problema. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do Plenário do Sr. Deputado Municipal de Capanema e do Deputado Federal Italo Conti representante do Paraná no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Grande Expediente ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Minha presença na Tribuna, neste momento, prende-se a fazer alguns esclarecimentos a dois Requerimentos de informações solicitados pelo nobre e aguerrido Deputado da Oposição, Domicio Scaramella, no que tange a dois problemas que dizem respeito mais especificamente à região sulina do nosso Estado.

O nobre e eminente Deputado Domicio Scaramella, ontem requereu do Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, que autorizasse urgentes reparos na estrada que demanda de Rondinha à cidade de Irati, da mesma forma que solicitava idênticas providências para o trecho de Mallet e Irati.

Tenho o prazer de comunicar ao nobre Deputado da Oposição, como atos dos Senhores Deputados, que em entendimentos com o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, deu-se ele as seguintes explicações e a seguinte informação:

Primeira e a mais importante: — Ninguém mais do que a própria Secretaria dos Transportes e também da autarquia que lhe é subordinada, o Departamento de Estradas de Rodagem, tem consciência da problemática rodoviária de nosso Estado, e sabem que a grande deficiência neste setor, da administração pública é exatamente a falta de equipamentos capazes de fazer frente às necessidades que se fazem sentir nesta área.

Para tanto, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, está em fase final dos sucedimentos administrativos, visando uma ampla e grandiosa licitação pública para adquirir quase uma centena de máquinas e equipamentos de grande porte para poder dotar todos estes distritos rodoviários do Paraná de condições capazes de fazer frente e solucionar esta emergência. De maneira que esta a primeira informação que eu teria a dar ao nobre Deputado Domicio Scaramella. A segunda, é de que a programação de obras rodoviárias a serem executadas pelo Governo do Exmo. Sr. Emilio Gomes são as seguintes:

Trechos em andamento a concluir no período de 18 meses:

Implantação Básica da pavimentação Araçongas a Astorga, Farta a Bela Vista do Paraíso — Cornélio Procopio a Congoinhar; Umuarama a Iporã; Guarua a Guaratuba; Cambé a Rolândia, estas com recursos do DNER. Contorno Sul do Município de Apucarana. Contorno do Rio Branco do Sul com acesso a uma fábrica de cimento que lá se está instalando. E ainda a Estrada de Rio Branco que demanda a Itapeva. A implantação e revestimento São Mateus do Sul e Rio Marmeleiro. E município de Antonina, estrada de penetração, 49 quilômetros. Trechos a iniciarem a serem concluídos no período de 18 meses, com medidas de urgência.

Implantação e Pavimentação: — Francisco Alves e Guaira, Jacarezinho-Cambará, Palmas-Horizonte; Curitiba-Fraqueza; Jaguariaíva-Venceslau Braz; Joaquim Távora-Sto. Antonio da Platina.

Terraplenagem complementar de pavimentação:

Pato Branco a Francisco Beltrão, Mauá-Faxinal — Iporã-Francisco Alves; Curitiba-Araucária.

Implantação e revestimento primário:
Venceslau Braz a Lizimaco Costa.

Trechos a iniciarem com a conclusão em prazo superior a 18 meses. Implantação de obras delegadas ao DNER — Cascavel-Toledo; Cascavel-Campo Mourão, a cargo do DER. Irati-Relógio; Sto. Antonio da Platina Ibaiti; Paranavai-Nova Londrina. Este último decorrente do prodoeste. Faxinal-Portobá; Ivaiporã-Guarapuava — Rio Bonito.

Implantação e revestimento primário.

Relatório-Rio Bonito — Primeiro Plano de rodovias do Paraná 1.500 quilômetros de estradas. No período de 18 meses, deverão ser executados os serviços correspondentes a 60% dos acima indicados. Totaliza o programa de obras rodoviárias do Exmo. Sr. Emilio Gomes, mas incluindo as estradas vicinais mais 2.500 quilômetros.

Como se vê, nobre Deputado, o Governo do Estado do Paraná está atento a sua problemática rodoviária e procurará neste curto espaço de tempo em que ocupará o Governo, o Governador Emilio Gomes, reatualizar o Paraná em termos de estradas rodoviárias. É importante salientar que afora este programa a ser aqui anunciado, tem o DER, conforme informações prestadas pelo Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, um plano para reequipar todo o parque de máquinas do DER sem o que não haveria condições dos distritos rodoviários conseguirem dentro das suas possibilidades atenderem às necessidades dos trechos de estradas que se encontram sob sua jurisdição. Também requereu o nobre Deputado da Oposição...

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Antes que V. Exa. justifique o informe com referência ao nosso segundo Requerimento, relativo a Telepar, quero agradecer a V. Exa. as informações que vem nos dar da Tribuna, com relação ao reequipamento de novas máquinas do DER. Nós bem o conhecemos porque há mais de dois anos esta Casa colocou em votação um Projeto de Lei criando de Mensagem Governamental, para um empréstimo vultoso, para equipamento nas condições que V. Exa. informa. Estamos satisfeitos porque assim o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem terá condições para conservação da maioria das estradas.

O meu apelo fica ainda com referência a conservação de imediato das estradas, conforme me referi, que liga as de Rondinha a Irati, devido as péssimas condições em que elas se encontram porque nós conhecemos já os dias chuvosos que passamos, mas há necessidade da drenagem das águas de imediato para que essas estradas não terminem de uma vez por todas.

Quero agradecer a V. Exa. e fazer um apelo para atendimento não só na parte de reequipamento de máquinas do DER, mas também num aumento de trabalhadores; para que possa o DER ser equipado além das máquinas, com seres humanos, porque quero lembrar a V. Exa. que ainda no Município de Bituruna, conservado pelo 4.º Distrito Rodoviário, talvez V. Exa. já tenha conhecimento disso ainda existe gaiota transportada por seres humanos para conserva daquelas estradas. Talvez V. Exa. já tenha visto. Então, faço apelo a V. Exa. ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER, não só para reequipamento de novas máquinas, mas para que estude nova estrutura de operários e trabalhadores para que amanhã possamos vir agradecer aqui nesta Casa o atendimento dado por SS. Exas.

Agradeço o interesse de V. Exa. e faço apelo a V. Exa. como líder da ARENA que esses Requerimentos sejam aprovados para que tenhamos a resposta oficial do Sr. Secretário dos Transportes, para que amanhã possamos cobrar esta dívida se não for cumprido o que ele vai prometer.

Agradeço com referência às informações do Requerimento do Departamento de Estradas de Rodagem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Informaria a V. Exa. além de agradecer o aparte, de que as informações que estou trazendo no momento são oficiais. De maneira que se V. Exa. tivesse alguma preocupação quanto ao aspecto oficial ou não, desse meu pronunciamento, eu estou autorizado a dizer a V. Exa. que são absolutamente oficiais.

E quanto a sugestão de V. Exa. é evidente que já foi devidamente noticiado ao Sr. Secretário dos Transportes, que por certo será sensível a este seu justo apelo.

Mas também formulou o nobre Deputado da Oposição um Requerimento à Casa, indagando das condições que estão regendo a atuação da Telepar no Município de União da Vitória e Porto União.

Indagava V. Exa. inicialmente: — Quantos aparelhos telefônicos pretende a Telepar instalar nos Municípios de União da Vitória e Porto União, paralelamente?

Informa a TELEPAR de que os trabalhos a serem desenvolvidos em União da Vitória e Porto União deverão ser em duas etapas. Na primeira, 900 terminais e na segunda, 600.

A segunda pergunta de V. Exa. dizia respeito a "quantos aparelhos telefônicos já instalados pela COTESC, antiga concessionária, passaram à administração da TELEPAR".

Aqui há um breve reparo a fazer, porque os aparelhos já instalados não o haviam sido feito pela COTESC e sim pela CTC, antiga Cia. Telefonica Catarinense e foram na ordem de 500 aparelhos.

Pergunta V. Exa. "qual a importância paga pelos usuários para o uso dos citados aparelhos telefônicos".

A TELEPAR não dispõe de dados capazes de dar com precisão a resposta, porque trata-se de matéria de economia interna da CTC, depois absorvida pela COTESC, mas dispõe de informações de que no período de 1965 a 1967 a importância paga pelos usuários girou em torno de 350 cruzeiros.

Quanto aos aparelhos, pergunta V. Exa. "quantos telefones pretendia ainda instalar a COTESC, independente dos aparelhos já em funcionamento".

A TELEPAR não tem condições de responder quais as pretensões e programação da COTESC, mas peço vênha para dar informações de que disponho. A COTESC, pretendia instalar alguns telefones, mas com defasagem no tempo comparando com a TELEPAR, de aproximadamente quatro anos e ainda não incluindo o sistema de discagem direta à distância. Daí o entusiasmo da reforma atual em União da Vitória porque se ainda ficassem tutelados pela COTESC levaríamos quatro anos para conseguirmos a implantação da rede telefônica, com risco provavelmente deste sistema não ser o de discagem direta à distância.

Pergunta V. Exa. "por qual razão pretende a TELEPAR cobrar dos usuários já proprietários de telefones em União da Vitória e Porto União, a quantia de Cr\$ 2.900,00 e, em caso afirmativo pormenorizar os gastos que a Companhia terá para chegar a tal importância".

Na realidade Sr. Presidente, não é a TELEPAR que pretende cobrar a importância de Cr\$ 2.900,00 muito embora sem eles seja impossível à Companhia ampliar a rede. Ocorre que existe uma Portaria do Ministério das Comunicações, sob n.º 101-73, muito recente, que fixa os valores de participação

no auto-financiamento para os contratos com promitentes usuários e esta Portaria para os novos terminais, fixa os seguintes preços:

Residenciais	Cr\$ 3.537,00
Não residenciais	5.053,00
Tronco PABX	6.569,00
Para os antigos, que é o caso típico de União da Vitória:	
Residenciais	Cr\$ 2.964,00
Não residenciais	4.233,00
Tronco PABX	5.502,00

Como vê, nobre Deputado, é uma exigência do Ministério das Comunicações, que cobra a modernização dos serviços telefônicos em todo o País.

Aliás já há precedente no Paraná porque as ampliações de Pato Branco e Francisco Beltrão, se não me engano, também se processaram dentro destes moldes aqui anunciados.

Pergunta V. Exa.: "Qual o destino a ser dado às importâncias pagas pelos usuários da região à COTESC, aos telefones comprados e não instalados?".

Resposta: A COTESC transferiu à Telepar os valores que havia recebido em decorrência de contrato de aquisição de telefones. E as importâncias que os usuários da Região haviam pago foram devidamente corrigidas, desde 65 até 73, na forma do que prescreve a lei. Acho, inclusive um ato de desconfiança empresarial que esse fundo houvesse sido transferido a Telepar com a correção monetária correspondente.

Finalmente indaga V. Exa. que: "As aludidas e veiculadas notícias dadas pela TELEPAR na parte referente à melhoria das linhas telefônicas de União da Vitória e Porto União não cabem exclusivamente à própria Companhia? Em caso negativo explicar em que parte do contrato vendedor-comprador está à cláusula que obriga o usuário à manutenção das mesmas".

Esse pergunta tem alguma relação com outra também formulada por V. Exa., pois sabe V. Exa. que a TELEPAR é subordinada à TELEBRAS e, em última instância, ao Ministério das Telecomunicações. Daí porque ela teve que se amoldar ao regulamento jurídico e legal da Portaria n.º 415-72 que não permite que as Companhias façam as suas despesas os serviços de ampliação. Evitando desse modo, que se repita, no Brasil aquele crônico estado de insolvência que essas companhias mantinham permanentemente.

Desse modo, trata-se de uma ampliação sem a qual seria impossível a TELEPAR modernizar todo seu serviço.

Desse modo, trata-se de uma ampliação sem a qual seria impossível a TELEPAR modernizar todo seu serviço.

O Sr. Domício Scaramella. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, ficamos satisfeitos com as informações que V. Exa. nos prestou com referência à Telepar. Só lamentamos que a Companhia Telefônica Catarinense que era concessionária do Serviço Telefônico de União da Vitória, quando propôs a venda de aparelhos, o preço era de 350 cruzeiros. Hoje com a correção monetária evidentemente esse preço deveria ser aumentado. Mas, esses aparelhos deveriam ter sido instalados há três anos e não o foram. E muitos dos que adquiriram, na época esses aparelhos, pretendem entrar com uma ação na Justiça para resolver esse impasse.

Agora lamentamos que uma Portaria Ministerial determine que o preço atual seja de 2 mil e 900 cruzeiros para aqueles que já haviam adquirido telefones àquela época. Compreendemos que o serviço vai ser melhorado e que a Telepar vai dispor numerário para isso. Mas, achamos um absurdo os usuários que tem um telefone, e estão usando há mais de 10 anos, para que esse telefone continue em suas residências, terão que pagar 2.900 cruzeiros. Temos que nos conformar, porque quando antigamente era para aumentar qualquer taxa, inclusive de energia elétrica, telefone ou qualquer outro serviço prestado ao público, primeiro eram procurados os canais competentes, e hoje, com uma simples Portaria do Ministério das Comunicações, ao bel prazer dos Srs. Diretores e responsáveis, aumentam aquilo que acham que convém, sem primeiro fazer um levantamento, um estudo para verem quanto vai custar esse novo serviço. É uma taxa e temos que acatar, porque senão o povo fica sem telefone. Fico satisfeito com as explicações de V. Exa. e tenho o prazer de informar aos usuários que é uma Portaria Ministerial e nós, no regime que estamos atravessando, temos que nos conformar com as ordens superiores que vêm.

Fico satisfeito com esses esclarecimentos e comunicarei aos usuários de União da Vitória, porque desde o início do nosso mandato procuramos junto à TELEPAR, quando era Presidente da mesma o Dr. Plínio Costa, que nos atendeu no momento, e não era esse preço exorbitante, senão até procuraríamos que ficasse aquela antiga companhia, mesmo que demorasse um ou dois anos, porque ele tinha responsabilidade de não cobrar essa nova taxa.

Quero agradecer a V. Exa. as informações e no momento necessário voltaremos ao assunto, naturalmente para fazer apelo novamente ao Presidente da Telepar, para que se ele puder diminuir as taxas, que o faça e realize estudos para ver o que vai custar a nova implantação ao serviço e não obedecer simplesmente uma Portaria do Ministério, cobrando talvez aquilo que não vai custar. Agradeço a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mais uma vez agradeço o aparte de V. Exa., apenas fazendo a seguinte observação: os preços baixados pela Portaria decorrem da realidade brasileira e são previamente aprovados pelo Conselho Interministerial de Preços.

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Lembro-me neste instante que S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, em todos os seus pronunciamentos, diz que a correção monetária não sobe a mais de 12% e isso vai subir a mil por cento, apenas para melhoria do telefone.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Lembro a V. Exa. que essa correção, não é uma mera correção ministerial, é uma atualização de preços, que é diferente. É evidente que não há hoje prestação de serviços sem retribuição do particular, porque é evidente que se assim não fosse as empresas públicas não poderiam ter possibilidades econômicas.

Mas, de qualquer maneira, agradeço o aparte de V. Exa., apenas dizendo que tenho certeza que os preços fixados pela Portaria, o são depois de profundos e muito bem elaborados estudos, capazes de refletir com fidelidade a realidade de quem vai atuar. Esse era apenas um reparo que queria fazer ao aparte de V. Exa., concedendo em seguida o aparte ao nobre Líder do MDB, Deputado Maurício Fruct.

O Sr. Maurício Fruct — Inicialmente, nossos cumprimentos pela forma como V. Exa. explicou a Casa a conduta e previsão de trabalho por parte da Secretaria de Transportes do Paraná. V. Exa. disse que o Departamento de Estradas de Rodagem notadamente não dispõe de máquinas necessárias para atendimento às estradas de nosso Estado e exatamente no momento em que V. Exa. fazia da Tribuna essa comunicação, nós recebemos um chamado telefônico de Francisco Alves e fomos obrigados a nos retirarmos por alguns instantes do Plenário. Essa chamada telefônica do Francisco Alves tinha por

objetivo a formulação de uma denúncia, que neste instante faço desta Casa, justamente com relação ao Departamento de Estradas de Rodagem. Enquanto o DER não dispõe de máquinas para conservar as estradas estaduais, máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem, neste instante, em Francisco Alves realizam serviços em terrenos particulares. Inclusive, defronte ao posto telefônico, uma máquina do Departamento de Estradas de Rodagem estava trabalhando num terreno particular na construção de um campo de futebol e outras máquinas desse Departamento estão abrindo estradas em terrenos particulares.

Na próxima segunda-feira traremos o nome dos maquinistas e o número dessas máquinas para formalizar esta observação e esta denúncia que, neste momento, fazemos. Se assim fazemos, neste instante, a V. Exa. é porque conhecemos o seu elevado espírito público. Ontem mesmo, não sei se ontem ou hoje, V. Exa., em atendimento com o Secretário dos Transportes, propôs aos Deputados desta Assembleia Legislativa um esclarecimento geral sobre as obras que esse Departamento se propõe a realizar. Em razão disso, temos certeza que não será difícil para V. Exa. adotar providências junto ao DER para que suste este tipo de atividades.

A verdade é que o Estado do Paraná está necessitando de maquinário para o atendimento das nossas estradas, portanto não é justo, se não dispõe de máquinas, que faça este tipo de atendimento com relação a serviços de ordem particular. Muito obrigado pelo aparte e, mais uma vez, nossas congratulações pelas observações que está fazendo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu é que agradeço o seu aparte e aproveito a oportunidade para dizer a V. Exa. o seguinte:

Em primeiro lugar, é evidente que toda a cupula administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, como da própria Secretaria dos Transportes, deve desconhecer o fato.

Em segundo lugar, com relação ao campo de futebol que estaria sendo realizado com máquinas do DER, apenas a título de esclarecimento, darei a seguinte informação:

Quanto ao traçado da estrada Iporã-Francisco Alves-Guaíra, os proprietários de uma determinada faixa de terra concordaram em doar ao DER essa faixa, sem receber qualquer indenização, desde que o Departamento de Estradas de Rodagem se comprometesse a fazer o campo de futebol, porque era, exatamente, por um campo de futebol que passava a estrada em seu traçado definitivo.

Com relação ao campo de futebol posso dar esta informação porque sou testemunho. V. Exa. pode ir ao DER e verificar que a faixa toda foi doada, sem que os proprietários recebessem indenização, uma vez que o campo de futebol fosse construído.

Com relação a outra propriedade considero a denúncia grave e é evidente que vou procurar argumentos para esclarecer a V. Exa.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A estrada entre Iporã e Guaíra, via Francisco Alves, deveria ter iniciado seu asfaltamento, segundo tenho conhecimento, no começo do Governo do Dr. Haroldo Leon Peres.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exatamente.

O Sr. Maurício Fruct — Pergunto a V. Exa. se houve um convênio neste sentido, condicionando a doação de terra com a construção, por parte do DER, do campo de futebol.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Convênio não, mas promessa, porque a doação somente seria feita se o DER fizesse não só o campo de futebol, mas também o campo de aviação que era mantido por alguns proprietários particulares, devidamente autorizados por lei. O DER aceitou essa obrigação, não só de fazer o campo de futebol, como refazer o campo de aviação.

Mas, ainda considero válida a denúncia de V. Exa. porque remanesce o problema do DER estar possivelmente trabalhando em terras particulares, o que é evidente, não teria guarda legal nem moral.

O Sr. Maurício Fruct — E para melhor atendimento de V. Exa., gostaria que nas observações que V. Exa. por certo fará junto ao Órgão rodoviário, se observassem dois aspectos: primeiro — a coincidência de que essas obras estejam sendo realizadas justamente agora, às vésperas de eleições de 15 de Novembro para Prefeito e Vereadores, no Município de Francisco Alves, mesmo porque as obras e construção da estrada entre Iporã e Guaíra, logo após a renúncia do dr. Haroldo Leon Peres foram paralisadas; e a segunda observação, que também julgamos interessante, é que este campo de futebol está localizado exatamente no Município de Francisco Alves, longe do local onde está o trajeto da estrada, e talvez estejam sendo realizadas obras não previstas naquele convênio e naquele entendimento prévio. Seria interessante que V. Exa. tomasse conhecimento disso. São as observações que, por certo, V. Exa. como Líder da ARENA irá fazer às autoridades competentes.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Confesso a V. Exa. que realmente não sei se a estrada... sei que seccionou o campo de aviação, não sei se seccionou, eu confesso honestamente a V. Exa. que não tenho informação segura de que o campo de futebol também tivesse sido seccionado pela estrada. Mas o fato de não ser, não quer dizer que essa exigência não pudesse ser aposta nas cartas de doações do DER, porque era uma aspiração da comunidade e muitos dos proprietários exigiram como contrapartida das doações que fizeram ao DER, que se fizesse o campo de futebol, o que é muito justo, por sinal!

Quanto à coincidência de que fala V. Exa., pois lá está...

O Sr. Maurício Fruct — Eu também acho justo que o DER realize obras comunitárias, desde que tenha equipamento suficiente para atender prioritariamente as estradas estaduais, sob sua conservação; se o DER não tem condições para atender as estradas sob sua responsabilidade, que é o objetivo fundamental do Órgão rodoviário do Estado, não vemos como, de que maneira e de que forma poderá o Órgão rodoviário se justificar, com realização de obras que fogem à sua alçada e ao seu objetivo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A justiça a que eu me refiro, nobre Deputado, é a que se prende ao negócio jurídico, isto é, de que, em contrapartida à doação se fizesse o campo de futebol. Essa, a justiça a que eu me refiro.

O Sr. Maurício Fruct — Se houvesse, Excelência, um convênio nesse sentido, eu também admitiria.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas não se trata de convênio, nobre Deputado, porque, o proprietário particular que tem sua terra rasgada pela faixa da estrada, tem direito à indenização; os proprietários da área abriram mão dessa indenização, fazendo algumas exigências. Esse é um negócio perfeitamente jurídico e legal e ao abrigo do nosso ordenamento normativo brasileiro.

De maneira que não há, aí...

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permitiria mais um aparte?

V. Exa. sabe muito bem que no traçado de rodovias que vão ser asfaltadas, os proprietários que margeiam essas rodovias sentem-se felizes e

satisfeitos com a valorização extraordinária de sua terra por ocasião do asfaltamento e da realização das obras rodoviárias. Hoje, no nosso Estado...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas nem por isso ninguém abre mão da sua indenização.

O Sr. Maurício Fruct — Mas V. Exa. pode estar certo que, hoje em dia a grande maioria dos proprietários de terras que margeiam rodovias a serem asfaltadas, abrem mão de sua indenização. Isto ocorreu, por exemplo, em toda a extensão da rodovia que liga Curitiba a Colombo; isso ocorreu, por exemplo, em muitos trechos da rodovia federal que liga São Mateus do Sul à terra natal de V. Exa., União da Vitória! Os proprietários sentem-se felizes porque a valorização da terra é tão alta, é tão expressiva, que, abrem mão de possíveis indenizações por terras atravessadas pela rodovia.

Agora, se V. Exa. trouxer a esta Casa um acordo por escrito, firmado entre os dirigentes do DER, as autoridades estaduais, comprometendo-se a realizar o trabalho de terraplenagem em campo de futebol, às vésperas de eleições coincidentemente, nós aceitaríamos as explicações de V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu não vou trazer, Excelência, porque o documento não é este; o documento é uma carta unilateral dos proprietários que devem impor esta condição; se isto satisfizer, eu terei o maior prazer em trazer a V. Exa.

Quanto a esse procedimento de doação, abrindo mão, os proprietários, à indenização a que tinham direito, não é um preceito muito comum no Paraná nem no Brasil, aliás, muito pelo contrário, eu acho que é raríssimo o caso de Francisco Alves, e, quanto ao precedente que V. Exa. lembra neste momento de que os proprietários do eixo marginal na estrada S. Mateus - União da Vitória, realmente desconheço que tivesse sido doado. E até queria lembrar a V. Exa. que o traçado desta estrada é o mesmo praticamente há 40 anos. Talvez 30 anos, ao passo que o traçado Iporã-Guaíra, partindo da área do soja, agro-pecuária, as condições são diversas...

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acredito que não excelência, porque apesar do traçado ter sido mantido no trecho S. Mateus-União da Vitória, em grande parte do anterior, do antigo, houve profundas onerações. Inclusive, V. Exa., gostaria de salientar um acontecimento pessoal ocorrido conosco em Paulo Frontin, em que boa parte de moradores daquele Município estiveram aqui, nesta Casa, solicitando indenização do Departamento de Estradas de Rodagem, que no caso seria o órgão delegado do DNER, porque no novo traçado da rodovia S. Mateus-União da Vitória, a rodovia atravessou inclusive uma série de árvores, de pinheiros, imbuia, e até hoje as reclamações de proprietários do imóvel construído, não houve por parte do Departamento de Estradas de Rodagem qualquer manifestação, nem mesmo por parte do DNER. Mas estes mesmos moradores informam que muitos dos proprietários marginais da rodovia, doaram ao Departamento de Estradas de Rodagem, as terras necessárias para a construção da rodovia. Era o aparte.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Já no trecho Iporã-Guaíra, apenas um, não concordou. No trecho S. Mateus-União da Vitória, alguns estão pretendendo. É justo, tem amparo legal. De qualquer maneira agradeço os apares. E numa próxima oportunidade traremos novos esclarecimentos. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 89-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Científico, no Ginásio Estadual do Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 89-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Científico no Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, no Município do mesmo nome, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-09-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Álvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 147-72, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 147-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-09-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Álvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186-72, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, da cidade de Mandaguari. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 186-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, com sede na cidade de Mandaguari.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-09-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 78-73, que dá nova Redação e acresce de parágrafo que especifica, ao artigo 3.º, da Lei n.º 5.926 de 22-4-69. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 78-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Artigo 3.º, da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido de um parágrafo:

"Art. 3.º — O grau de aproveitamento obtido no Curso de Confirmação, assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, elaborando-se, porém, os Quadros de Acesso, segundo os critérios de merecimento e antiguidade, em respeito ao que dispõe o parágrafo único, do artigo 76, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — Na elaboração dos Quadros de Acesso mencionados neste artigo, atender-se-á proporcionalidade tal que em cada 3 (três) vagas a serem preenchidas, 2 (duas) o sejam por merecimento, em função da classificação no Curso de Confirmação e uma por antiguidade, em função do tempo de serviço público estadual".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1973.

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106-73, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores marca JOHN DEERE, 730 — Diesel, séries números 7325962, 7325909 e 7325986, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1973.

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 127-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 127-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, 2 (dois) tratores marca JOHN DEERE, número 730-S 7325967 e 730-S- 7325987, ambos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1973.

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Alvaro Dias

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que acresce parágrafo que especifica, ao artigo 27, da Lei n.º 5.615, de 11.8.67. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pelo Substituto.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que determina fixação obrigatória de critério para realização de despesas pela Administração Pública ou órgão da Administração Indireta, com publicidade e divulgação. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que denomina "São Luiz" o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 99-73, que aprova Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os Órgãos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, com Substituto, artigo par artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 114-73, que aprova Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado os Termos do Acordo n.º 03-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência

do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9-5-73

(Ass. Ilegível) — Presidente

Dep. Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 114-73

SÚMULA: Mensagem n.º 39-73 do Poder Executivo, encaminhando cópia autêntica do Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

PARECER

A presente Proposição, oriunda da Mensagem Governamental n.º 39-73, visa submeter à apreciação desta Augusta Casa, para os fins constitucionais, os termos do Acordo n.º 03-73, celebrado em 1.º de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

A Propositura é escoreita, tanto formal como jurídica e constitucionalmente, pois, está elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX da Carta Estadual e a competência revisora do Legislativo emana do art. 22, inciso VII da mesma Constituição.

Desta forma, opino pela APROVAÇÃO da Proposição, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 9-5-73

(Ass. Ilegível) — Presidente

Dep. Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73

O Projeto de Resolução ora em exame, aprova os termos do Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

Sob o aspecto financeiro, que esta Comissão deve examinar, entendemos que o Projeto está em condições de ser aprovado.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1973

(Ass. Ilegível) — Presidente

Dep. Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73

O Presente Projeto de Resolução é oriundo da Mensagem Governamental n.º 39-73 e visa a aprovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a realização de um curso intensivo de especialização estatística.

O interesse público nele contido e não havendo nada a opor ou a ressaltar nos leva a opinar pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1.973.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinatura Ilegível)

MENSAGEM

39/73

Senhor Presidente:

Curitiba, 11 de abril de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 3-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

ACORDO N.º 3-73

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 8 de maio de 1969 e pelo Decreto-lei n.º 840, de 7 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 301, de agora em diante designada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "ESTADO", têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Acordo visa a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística em Nível Médio, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, contando com a colaboração financeira da "SUDESUL", tudo de acordo com o Plano de Aplicação e as especificações constantes no processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 6825-72, em 6-10-72, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Único — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, de que fala esta Cláusula, poderão ser modificados, independentemente de ato atidivo, ante solicitação fundamentada por parte do "ESTADO", desde que não altere a classificação orçamentária e sejam aprovados pela "SUDESUL".

CLÁUSULA SEGUNDA

A "SUDESUL" contribuirá, para a execução do acordo neste ato, com a importância de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), empenhada sob o número 227 em 9-2-1973, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue: Programa: Educação; Subprograma: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; Projeto: 09.03.2.013 — Capacitação de Recursos Humanos; Elementos de Despesa: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Parágrafo Primeiro — O pagamento da importância mencionada nesta Cláusula será feito de uma só vez, após a assinatura do presente Acordo.

Parágrafo Segundo — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordo neste ato, à contribuição da "SUDESUL", ocorrerá por conta do "ESTADO".

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pelo "ESTADO" será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto — A prestação de contas do "ESTADO" será feita dentro do prazo de 3 (três) meses, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula terceira deste Termo, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes, e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo Quinto — Os saldos dos recursos mencionados nesta Cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLÁUSULA TERCEIRA

O "ESTADO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este Acordo dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na cláusula anterior.

Parágrafo Único — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente fundamentados, por solicitação prévia e expressa do "ESTADO", e com o consentimento da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA

O "ESTADO" se compromete, ainda, a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos, que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na cláusula primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a SUDESUL", cabendo-lhes, também apresentar relatório técnico com a avaliação dos resultados do curso, contendo o aproveitamento dos alunos, dentro do prazo de prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA

O "ESTADO", pelo seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente Acordo.

CLÁUSULA SEXTA

Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, em qualquer momento, fiscalizar o andamento da execução do acordo neste ato, independentemente de prestação de contas que o "ESTADO" esta obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quarto da Cláusula Segunda.

Parágrafo Único — Caberá à Assessoria de Planejamento da "SUDESUL", através de sua Divisão de Estatística, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA SÉTIMA

A falta de cumprimento de qualquer uma das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpretação judicial ou extra-judicial. Caso o inadimplemento for motivado pela "SUDESUL", ficará o "ESTADO" isento de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA

O período de vigência do presente Acordo será de 18 (dezoito) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA NONA

As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (Assinatura Ilegível), Chefe da Seção de Convênios lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 4 (quatro) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (Ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 12 de março de 1973.

"SUDESUL", Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente "ESTADO" Doutor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado

Testemunhas:

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 198-73, que aprova Acordo n.º 5-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL — objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo n.º 5-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná por meio da participação financeira daquela Superintendência.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 198-73

1 — A presente Proposição, oriunda de Mensagem Governamental n.º 58-73 encaminhando cópia do Acordo n.º 5-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDENE, objetiva a dinamização do Fundo de Águas e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná por meio de participação financeira daquela Superintendência.

2.º — A Proposição é perfeitamente justa e oportuna, sem qualquer impedimento de ordem legal e constitucional, estando em condições de ser aprovada pela Casa.

O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Sessões, em 22 de Agosto de 1973

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA "Projeto de Resolução n.º 57-53 — Ex-Proposição n.º 198-73 — Aprova o Acordo n.º 5-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL —, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE —, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. Mensagem Governamental n.º 58-73, de 11 de julho de 1973".

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 57-73, ex-Proposição n.º 198-73, que aprova o Acordo n.º 5-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL —, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE —, do Estado do Paraná, por meio de participação financeira daquela Superintendência, originado da Mensagem Governamental n.º 58-73, de 11 de julho de 1973.

2. Respaldo pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de celebrar acordo e firmar convênios e sendo evidente o interesse da administração pública na solução de problemas de saneamento básico que o Acordo em testilha será um dos instrumentos de execução, como se depreende de seu próprio texto de fls., não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Resolução especificado.

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 4 de 9 de 1973.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM

58/73

Curitiba, 11 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 5-73, celebrado em 22 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná — por meio da participação financeira daquela Superintendência.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado N.º CAPITAL

ACORDO N.º 5-73

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o Estado do Paraná, para participação financeira do Fundo de Água e Esgotos — FAE.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, inscrita no CGC-MF sob n.º 92885151, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Artigo 20 da Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 8 de maio de 1969 e pelo Decreto-lei n.º 840, de 8 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do

Artigo 15 do Decreto-lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", e o Estado do Paraná, neste ato representado por seu Secretário do Governo, o Doutor Ivo Simas Moreira, doravante designado simplesmente "ESTADO", têm justo, certo e combinado, a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas, condições e considerações seguintes:

— Considerando a necessidade de serem atingidas, no mais breve prazo possível, as metas estabelecidas pelo Governo Federal, através do Ministério do Interior, para o atendimento da população urbana do País, com os serviços de abastecimento de água;

— Considerando a necessidade de ser implantado em toda a sua plenitude o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, instituído pelo Banco Nacional de Habitação;

— Considerando ser imprescindível, para o êxito do mencionado Plano, a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE;

— Considerando ser a SUDESUL, órgão regional de desenvolvimento, sumamente interessada na solução dos problemas de saneamento básico na Região Sul, de acordo com a respectiva política nacional;

— Considerando que uma complementação dos recursos do ESTADO, a investir em saneamento, através do Fundo de Água e Esgotos — FAE —, acelerará a dinamização do referido Fundo e propiciará a viabilidade dos projetos de abastecimento de água dos municípios de menor população ou renda;

— Considerando dispor a SUDESUL, em seu orçamento, de recursos destinados a obras de abastecimento de água no Estado do Paraná, decidem firmar o presente Acordo, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetiva o presente Acordo a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná por meio da participação financeira da SUDESUL.

CLÁUSULA SEGUNDA

A SUDESUL contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), cuja despesa, empenhada sob n.º 537 em 4 de junho de 1973, correrá à conta de seu Orçamento-Programa para o exercício de 1973, classificada como segue: Programa: Saúde e Saneamento; Subprograma: Abastecimento de água; Projeto: 15.09.1.098 — Contribuição para o Fundo Regional de Água e Esgotos; Elemento de Despesa: 4.1.1.0 — Obras Públicas Cr\$ 500.000,00.

Parágrafo Primeiro — O pagamento da importância relativa à contribuição da SUDESUL será feito de uma só vez, após a publicação do presente Acordo no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Parágrafo Segundo — A importância recebida pelo ESTADO, será, obrigatoriamente incorporada ao Fundo de Água e Esgotos, para aplicação no desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água.

Parágrafo Terceiro — A importância a que se refere esta Cláusula será gerida de acordo com o que dispuser o Convênio assinado entre o ESTADO e o BNH, tendo em vista a constituição do Fundo de Água e Esgotos — FAE-PR.

Parágrafo Quarto — As despesas decorrentes da publicação deste Acordo no Diário do Estado do Paraná, correrão por conta do ESTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Prazo de execução do presente Acordo será de 10 (dez) meses contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de prestação de contas será de um mês, contado da data de expiração do prazo estabelecido na Cláusula Terceira.

Parágrafo Único — O ESTADO através do Órgão Gestor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, remeterá à SUDESUL, durante a vigência do Acordo, balancete trimestral que demonstrar a posição e movimentação dos recursos do Fundo, na forma idêntica a que está obrigado a enviar ao BNH, por força do Convênio com esse assinado, obrigando-se, ainda, a permitir, pelo mesmo prazo, a inspeção e auditoria da SUDESUL à documentação do FAE.

CLÁUSULA QUINTA

A contribuição do ESTADO, durante o prazo fixado na Cláusula Terceira para o Fundo de Água e Esgotos deverá ser, no mínimo, o dobro da importância referida na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA

O ESTADO, através do Agente Promotor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, manterá a SUDESUL devidamente informada do desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água, para o que remeter-lhe-á, trimestralmente, circunstanciado relatório a respeito podendo a SUDESUL exercer a fiscalização, a qualquer tempo, do referido Programa, por intermédio da Divisão de Urbanismo e Saneamento.

CLÁUSULA SÉTIMA

Caberá à Divisão de Urbanismo e Saneamento da SUDESUL a emissão do Laudo Técnico exigido pelo Artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA OITAVA

A falta de cumprimento de qualquer das Cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao ESTADO, ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da SUDESUL, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA NONA

O período de vigência do presente Acordo será de 20 (vinte) meses, contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (Assinatura Illegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografadas em 4 (quatro) laudas por mim enume-

radas e rubricadas com a seguinte rubrica (Illegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 22 de junho de 1973.

Eng. Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL

Doutor Ivo Simas Moreira, Secretário do Governo

Testemunhas:

José Costa Cavalcanti

Nestor Jost

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 74-73 de autoria do Dep. Antonio Lopes Júnior, que transfere para a Jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 74-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam transferidos para jurisdição de circunscrição de trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

a) Deputado Antonio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de trânsito de Inácio Martins, atualmente sob jurisdição de Guarapuava. Acontece, porém, que o citado município pertence à Comarca de Irati e por esse fato a sua ligação é mais íntima com Irati do que com Guarapuava, como também o transporte é mais rápido. A medida visa tão somente facilitar ao povo de Inácio Martins, o seu trabalho a sua ação e o seu serviço de emplantamento de veículos.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 74-73

AUTOR: Deputado Antonio Lopes Júnior

SUMULA: Transfere para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão. Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Antonio Lopes Júnior, objetivando transferir para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

Justificando a medida pleiteada o autor da proposição salienta que o Município de Inácio Martins pertence à Comarca de Irati e por esse fato, a sua ligação é mais íntima com o referido Município do que com Guarapuava.

Não havendo qualquer impedimento de ordem constitucional, jurídica ou legal e entendendo justa e oportuna a iniciativa, opino pela sua **Aprovação.**

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

aa) Antonio Costa — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Igo Losso

Antonio Lopes Júnior

Quielise Crisóstomo da Silva

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 74-73

AUTOR: Deputado Antonio Lopes Júnior

SUMULA: Transfere para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão. Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Antonio Lopes Júnior visando transferir para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao apreciar a matéria, opinou pela aprovação do Projeto.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não se insurge qualquer impedimento, visto tratar-se de simples transferência de jurisdição de um Município para outro.

Assim sendo, opino pelo acolhimento da medida.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Francisco Escorsin

Alvaro Dias.

Comissão de Polícia

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 74-73

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antonio Lopes Júnior, e transferir para a jurisdição de trânsito do Município de Irati os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

As Doughtas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

Quando ao mérito, que a esta Comissão compete opinar não vemos qualquer impedimento que se insurja contra a medida pleiteada tratando-se de mera transferência de jurisdição de uma circunscrição de trânsito de um Município para outro

Assim sendo, opino pela **Aprovação** do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

aa) Antonio Belinatti — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

Arthur de Souza

Wilson Fortes

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 146-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico-hospitalar do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. com SUBSTITUTIVO e favorável ao Projeto da C.F. CONTRA A EMENDA. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 146-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo primeiro — Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com todas as despesas provenientes do tratamento médico-hospitalar do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza. O pagamento se refere às despesas contraídas desde o dia primeiro de janeiro do corrente ano até a data em que perdurar sua enfermidade.

Artigo segundo — Para fazer face as despesas decorrentes desta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial.

Artigo terceiro — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.1973.

a) Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

Verificando as leis em vigor no Estado do Paraná, não encontramos nenhum instrumento legal que permita ao Governo do Estado o pagamento de despesas contraídas com eventuais enfermidades do chefe do Poder Executivo. No caso específico do Professor Pedro Viriato de Souza, trata-se de cidadão que sempre dependeu dos vencimentos públicos. Não é dotado de grandes posses. Já teve inclusive, segundo se sabe, que se desfazer de imóvel particular para saldar compromissos atinentes à sua doença. A doença que acometeu Sua Excelência demanda gastos elevados e apesar da boa vontade dos familiares, seu pagamento viria provocar um sacrifício no orçamento dos mesmos. Entendemos como válido o direito de todo cidadão que venha a ocupar tão relevantes funções ser amparado nas horas de dificuldades, na luta contra a doença como o faz no presente o nosso governador. Levando em alta conta que o professor Parigot de Souza dedicou mais de 40 anos de sua vida pública em constantes atividades no Paraná, o presente projeto receberá a melhor acolhida por parte dos Nobres Pares.

Comissão de Constituição e Justiça

AO PROJETO DE LEI N. 146-73

PARECER

I — De autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, é submetido à apreciação desta Comissão Projeto de Lei que visa a autorizar o Governo do Estado a assumir os encargos financeiros decorrentes do tratamento médico e hospitalar do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, falecido no último dia 10 de julho, após longa e insidiosa enfermidade que o obrigou inclusive a licenciar-se por duas vezes para tratamento de saúde.

II — A justificação é de molde a convencer da justeza e oportunidade da proposição eis que todo o Paraná ainda chora a perda do eminente homem público que, no cumprimento do dever, chegou ao supremo sacrifício depois de haver servido ao seu Estado e ao País com inextinguível dedicação em diferentes cargos durante cerca de quarenta anos.

III — Do ponto de vista constitucional e legal não existe óbice de qualquer natureza, haja visto que a própria Constituição Federal no parágrafo único do seu Artigo 184, tem inserido preceito semelhante.

IV — Todavia, entendemos que uma Lei desta natureza deve ter caráter impessoal até porque, no futuro casos semelhantes poderão ocorrer e entendemos que é de inteira justiça que o Estado venha sempre em socorro financeiro do seu Governador quanto este, encontrando-se no exercício do cargo, venha a ser acometido de moléstia que o inabilite temporária ou definitivamente para o exercício de suas funções já que a chefia do Poder Executivo, pela sua própria natureza não permite a quem a ocupa desenvolver outras atividades econômica e financeiramente rentáveis de sorte que o imprevisto da doença pode atingi-lo em momento em que não disponha de recursos monetários suficientes para enfrentá-la.

Daí a razão do Substitutivo que oferecemos ao Projeto de lei original com a qual a norma legal se impessoalizará, tornando-se genérica, sem contrariar os altos objetivos do seu nobre Autor.

Sala das Comissões, em de agosto de 1973.

aa) Antonio Costa
Paulo Camargo
Ivo Thomazoni
Igo Losso
Ovidio Luiz Franzoni e
Erondy Silvério.

Comissão de Constituição e Justiça

AO PROJETO DE LEI N. 146-73

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º — Correrão as expensas do Estado mediante a abertura dos necessários créditos especiais, todas as despesas de tratamento médico e hospitalar do Governador, sempre que este no exercício do seu cargo venha a ser acometido de doença que o inabilite temporária ou definitivamente para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único — O disposto neste Artigo se aplica em caráter retroativo, a casos ocorridos anteriormente à vigência desta lei, no quadriênio governamental iniciado em 15 de março de 1971.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ressalvada a eficácia retroativa estabelecida no parágrafo único do Artigo 1.º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de agosto de 1973.

aa) Antonio Costa — Presidente
Paulo Camargo — Relator
Erondy Silvério
Ovidio Luiz Franzoni
Ivo Thomazoni
Igo Losso
(Deputado Antonio Lopes Júnior — Pelo projeto original, contra a emenda substitutiva).
(Deputado Sebastião Rodrigues Júnior — Pelo projeto original, nos termos do veemente exarado.

Comissão de Constituição e Justiça

Voto em separado ao Projeto de Lei n.º 146-73

Voto pela aprovação do Projeto original e contra o Substitutivo atendendo às seguintes razões:

I — A medida proposta é plenamente justificável no caso em especial e poderá repetir-se sempre que, nas mesmas circunstâncias casos semelhantes, vierem a ocorrer.

II — Entretanto a generalização proposta no Substitutivo pelo nobre Relator trata-se no entendimento deste Deputado, de liberalidade excessiva no uso dos dinheiros públicos, pois irá contemplar quase com desrespeito aqueles mais dotados de fortuna e que dela não necessitem.

III — O Projeto original preserva a dignidade do cargo de Governador garantindo o melhor atendimento de seus titulares uma vez carentes de recursos, e preserva também o melhor interesse público.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 146-73

AUTOR: — Deputado Antonio Belinati

De autoria do ilustre deputado Antonio Belinati o Projeto de Lei em exame visa autorizar o Poder Executivo a arcar com as despesas do tratamento médico-hospitalar a que se submeteu o ex-Governador Pedro Parigot de Souza até a sua morte.

Na Comissão de Justiça, o relator da matéria deputado Paulo Camargo, ofereceu substitutivo com o qual pretende estender o benefício a todos os Governadores que venham a ser acometidos de doença no exercício do cargo.

Data vênha do ilustre relator entendendo ser o substitutivo excessivamente liberal. Deste modo, o meu parecer é pela aprovação do Projeto original e contra a emenda.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Wilson Fortes

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 149-73, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Feira Municipal de Ciências instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 149-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná e promovida, anualmente em Curitiba pelo referido estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1973.

a) Deputado Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A Feira Municipal de Ciências foi instituída pelo Colégio Estadual do Paraná, com a finalidade de estabelecer competição entre os estudantes do 2.º ciclo de todos os estabelecimentos de ensino do Município de Curitiba, concedendo-se prêmio aqueles que se sobressaírem em quaisquer ramos da Ciência.

A participação dos estudantes é feita através da apresentação de projetos, versando sobre temas científicos e de interesse atual, já tendo sido realizadas até esta data, quatro Feiras despertando todas elas grande interesse de várias firmas técnicas e científicas.

Mais de 500 pessoas visitaram essas realizações e apreciaram os trabalhos nelas apresentados pelos "Pequenos Cientistas" de hoje que serão quem sabe, os "Grandes de Amanhã".

Essas as razões que nos levaram à apresentação deste Projeto, para o qual esperamos contar com o apoio e aprovação da Casa.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 149-73

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei objetiva declarar de utilidade pública, a Feira Municipal de Ciências instituída pelo Colégio Estadual do Paraná e promovida anualmente em Curitiba pelo referido estabelecimento de ensino.

A proposição está articulada e justificada nos termos do Regimento Interno. Do ponto de vista constitucional e legal está, também a mesma em condições de ser aprovada.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

aa) Antonio Costa — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Paulo Camargo

Erondy Silvério

Quielise Crisóstomo da Silva

Wilson Fortes

Nelson Buffara

Comissão de Finanças

SUMULA:

PROJETO DE LEI N. 149-73

Que declara de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná.

PARECER

1) — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 149-73, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências instituída pelo Colégio Estadual do Paraná

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça, em seu R. Parecer de fls. entendeu pela constitucionalidade e legalidade da matéria, embora a nosso ver, data vênha a Feira Municipal de Ciências não exista juridicamente, pois que um simples ato administrativo (Portaria n.º 251-70 de 06.10.69), do Senhor Diretor do Colégio Estadual do Paraná, não tem forças para criar um

ente jurídico esta Comissão de Finanças no âmbito que lhe é próprio, não vê como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1973.

aa) Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente
João C. Fadel — Relator
Alvaro Dias
Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Ofício firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, encaminhando à Mesa para o seu devido registro a Chapa da Aliança Renovadora Nacional que concorrerá à Delegação do Estado do Paraná ao Colégio Eleitoral que se reunirá na sede do Congresso Nacional a 15 de janeiro do próximo ano, na eleição do futuro Presidente e Vice-Presidente da República. — A consideração da Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei que altera a Lei Orgânica do I.C.M. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura a respeito das possibilidades de criação de uma escola agrícola em Maringá, bem como de escolas para a formação de trato-ristas em todas as regiões eminentemente agrícolas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada solicitando seja enviado pedido de informações à Telepar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scadamella constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja autorizado urgentes reparos nas estradas que demandam de Rondinha à cidade de Irati. — Em discussão.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente pediria a retirada da Ordem do Dia desse Requerimento, em virtude dos esclarecimentos prestados pelo Nobre Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Será retirado da Ordem do Dia o Requerimento em discussão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 1.º de outubro à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 39-73.
 - 2.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.º 46-73 — 57-73 e Projetos de Lei n.ºs 74-73 — 146-73 e 149-73.
 - 1.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.ºs 40-73 — 61-73 e Projeto de Lei n.ºs 153-73 e 156-73.
- Levanta-se a Sessão.

Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios 7.a Legislatura — 2.a Sessão Legislativa Ata de Instalação

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, as dezesseis horas, após o término da Sessão Plenária na Sala de Reuniões desta Assembleia, presentes os Senhores Deputados Armando Queiroz; Muggiati Filho; Borsari Netto; Basílio Zanusso e Luiz Roberto Soares, com a finalidade de instalar a Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios. De acordo com o parágrafo único do artigo 40.º do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Deputado Armando Queiroz, declarando instalada a Comissão Especial. O Senhor Deputado Borsari Netto pede a palavra para indicar os nomes dos Senhores Deputados Armando Queiroz e Muggiati Filho, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente, desta Comissão. A indicação é aceita por unanimidade. O Senhor Deputado Armando Queiroz em poucas palavras tece considerações sobre a eleição de sua pessoa, propondo-se dar à Comissão todo esforço e trabalho e dar a seus Membros condições para exercer suas atividades. O Senhor Deputado Muggiati Filho solicita a palavra para agradecer o cargo para o qual foi eleito por unanimidade, colocando-se a disposições de todos os Membros da Comissão. O Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz designa para relator da matéria Projeto de Lei n.º 100-72 o Senhor Deputado Borsari Netto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, por mim Secretária desta Comissão bem como pelos demais Membros presentes.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente
Dep. Borsari Netto
Dep. Muggiati Filho
Dep. Basílio Zanusso
Dep. Luis Roberto Soares
as. Ilegível — Secretária

Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios 7.a Legislatura — 2.a Sessão Legislativa Ata da 1.a — Reunião Ordinária

As dez horas do dia dezesseis do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, de Moraes e presentes os Senhores Deputados Borsari Netto, Muggiati Filho; Basílio Zanusso e Luis Roberto Soares foi realizada mais uma reunião da Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Foi dado conhecimento do recebimento de ofícios das Prefeituras e demais órgãos Oficiais do Estado apresentando sugestões ao Projeto da Nova Lei Orgânica dos Municípios, como também emendas do Senhor Deputado Gilberto Rezende de Carvalho. Os ofícios recebidos contendo sugestões foram os seguintes: 1 — Of. n.º 38-72 da Prefeitura Municipal de Telémaco Borba; 2 — Of. n.º 109-72 da Prefeitura Municipal de Ipiranga; 3 — Of. n.º 81-72 da Câmara Municipal de Tibagi; 4 — Of. n.º 952-72 da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura; 5 — Of. n.º 765-72 da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública; 6 —

Of. n.º 567-72 da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; 7 — Of. n.º 493-72 do Instituto Brasileiro de Estatística; 8 — Of. n.º 786-72 da Prefeitura Municipal de Apucarana; 9 — Of. s/n.º da Câmara Municipal de Congonhinhas. Demais Ofícios recebidos: 1 — Of. n.º 968-72 da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo; 2 — Of. n.º 313-72 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; 3 — Of. n.º 520-72 do Departamento de Águas e Energia Elétrica; 4 — Of. s/n.º do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná; 5 — Of. n.º 515-72 da Secretaria dos Transportes; 6 — Of. n.º 653-72 da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça; 7 — Of. n.º 217-72 da Empresa Paranaense de Turismo; 8 — Of. n.º 1021-72 da Secretaria de Viação e Obras Públicas; 9 — Of. n.º 432-72 da Companhia de Telecomunicações do Paraná; 10 — Of. n.º 4358-718-72 da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais; 11 — Of. n.º 70-72 da Prefeitura Municipal de Mandrituba; 12 — Of. n.º 309-72 da Prefeitura Municipal de Jardim Alegre; 13 — Of. n.º 85-72 da Prefeitura Municipal de Ampére; 14 — Of. n.º 237-72 da Prefeitura Municipal de Antonina; 15 — Of. n.º 70-72 da Prefeitura Municipal de Guaraci; 16 — Of. n.º 763-72 da Prefeitura Municipal de Céu Azul; 17 — Of. n.º 126-72 da Prefeitura Municipal de Telémaco Borba; 18 — Of. n.º 356-72 da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia; 19 — Of. n.º 140-72 da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul; 20 — Of. n.º 243-72 da Câmara Municipal de União da Vitória; 21 — Of. n.º 176-72 da Câmara Municipal de Bandeirantes; 22 — Of. n.º 444-101-72 da Câmara Municipal de São José dos Pinhais; 23 — Of. n.º 45-72 da Câmara Municipal de Imbituba; 24 — Of. n.º 001-72 da Câmara Municipal de Apucarana. Emendas recebidas: 1 — Emenda n.º 1 de 29-8-72 de autoria do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho. Recebeu as sugestões e a emenda citada, foram encaminhadas ao Sr. Relator do Projeto — Deputado Borsari Netto. Em seguida não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Armando Queiroz de Moraes, e por mim, Irani Carini, secretária desta Comissão.

aa) Dep. Armando Queiroz de Moraes — Presidente
Irani Carini — Secretária

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA NOVA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às 11 horas, na Sala de Reuniões das Comissões sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes e presentes os Senhores Deputados Borsari Netto, Muggiati Filho, Basílio Zanusso e Luiz Roberto Soares, foi realizada a segunda reunião ordinária da Comissão Especial Para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Tendo sido, lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior, em seguida foi relatado o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 100-72, que recebeu parecer favorável desta Comissão, sendo aprovado. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Armando Queiroz de Moraes, e por mim Irani Carini, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Armando Queiroz de Moraes — Presidente
Irani Carini — Secretária

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA NOVA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

7.a LEGISLATURA — 3.a LEGISLATURA ATA DA 3.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas e trinta minutos, sob a presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes e com a presença dos Senhores Deputados Francisco Borsari Netto, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo da Nova Lei Orgânica dos Municípios. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida o Senhor Presidente comunicou estar chegando ao término os trabalhos relativos à elaboração da Nova Lei Orgânica dos Municípios a qual após um ano e meio de trabalhos, pesquisa, correspondência com Prefeituras com objetivo de ampliar os conhecimentos, chegou-se a elaboração de um trabalho condizente. Esse trabalho concretizou-se com a apresentação do Projeto de Lei, que nasceu de um estudo original do antigo D.A.T.M. e que terá o propósito de oferecer às autoridades municipais e demais pessoas ligadas a problemas dos nossos municípios um estatuto acessível e de fácil compreensão. Com a palavra o Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, relator do Projeto de Lei n.º 100-72, comunicou aos membros da Comissão o tramite do aludido Projeto, o qual permaneceu sobre a Mesa, durante quinze dias para recebimento de emendas, cujo término do prazo ocorreu à cinco de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três. Foram recebidas em Plenário e encaminhadas em onze de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três a esta Comissão, vinte e duas (22) emendas, assim relacionadas: Emenda número hum (1) de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares; Emenda número dois (2), de autoria do Deputado Nelson Buffara; Emendas números três (3), quatro (4), cinco (5), seis (6), sete (7), oito (8) e nove (9) de autoria do Deputado Armando Queiroz de Moraes; Emendas números dez (10), onze (11), doze (12), treze (13), quatorze (14) e quinze (15) de autoria do Deputado José Muggiati Filho; Emenda dezesseis (16) de autoria do Deputado João Cafl Fadel; Emendas números dezessete (17) e dezoito (18) de autoria do Deputado Antonio Maciel; Emendas números dezenove (19), vinte (20), vinte e um (21) e vinte e dois (22) de autoria do Deputado João Cafl Fadel. Em seguida foram apreciadas pela Comissão as emendas, lidas pelo Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, sendo aprovadas as emendas números: três (3), quatro (4), cinco (5), seis (6), sete (7), oito (8), nove (9), dez (10), doze (12); treze (13); quatorze (14), quinze (15), dezenove (19), vinte (20), vinte e dois (22), pelo parecer favorável do relator e rejeitadas as emendas de número hum (1), onze (11), dezesseis (16), dezessete (17), dezoito (18) e vinte e um (21), também pelo parecer do relator. Com relação a emenda número dois (2), foi aceita em parte, também pelo parecer favorável do Relator. Em seguida não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que aps lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Armando Queiroz de Moraes, e por mim, Irani Carini, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Armando Queiroz de Moraes — Presidente
Irani Carini — Secretária